

Sumário

ARTIGOS

- Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. 9**
ISADORA PARREIRA RIBEIRO
- O processo histórico de territorialização Pataxó no Extremo Sul da Bahia no século XIX 34**
RAMON RAFAELLO CASTRO DE SOUZA
- Patrimonialização de uma ruína: Análise do caso Capela de Nossa Senhora do Rosário localizada em Santo Antônio do Pirapetinga em Piranga- MG 54**
DANIELLY MEIRELES DIAS
EDUARDA ALVES SANTOS
- A cidade indesejada: a permanência provinciana na cidade de Mossoró (1908-1928)..... 64**
IONARA COSTA DE OLIVEIRA
- A primeira Casa da Ópera na América Portuguesa: representações teatrais em Vila Rica na primeira metade do século XVIII..... 79**
ROSANA MARRECO BRESCIA
- Documentos históricos no Amapá e a preservação da memória cultural 94**
ELIVALDO SERRÃO CUSTÓDIO
- “Falando sobre História Oral” - entrevista com o Professor Dr. Arnaldo José Zangelm 112**
MAYCON EMILIO VICENTE ALVES
- Memória e Cultura Popular: Narrativas sobre a Cavalgada em louvor a São Sebastião 121**
JOÃO PAULO PACHECO RODRIGUES
- O Foral de Benavente e o Direito Pátrio Local..... 137**
JOÃO DIAS
- O Teatro de memória encenado em museus históricos 153**
LUCINEI PEREIRA DA SILVA
KELLY AMARAL DE FREITAS
LUIZ HENRIQUE ASSIS GARCIA
- Proibido vender e comprar o caso da remoção das feiras livres na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte..... 173**
CLARISSA DOS SANTOS VELOSO

Editorial

É com enorme alegria que apresentamos, neste número da Revista Cadernos de História, o Dossiê temático Patrimônio Cultural. A coletânea de artigos expressa visão inovadora sobre o patrimônio, de acordo com as mais recentes discussões acadêmicas e legislativas, debates de grupos e de organizações sociais. De escopo amplo, o número abraça de maneira generosa as expressões artísticas, ritualísticas e pitorescas de locais, povos e épocas diversas. Nesse sentido, a proposta brinda-nos com mergulho profundo na cultura do Brasil, resgatando práticas, crenças e símbolos que expressam a identidade multicultural e colorida do País. Reforçamos, assim, nosso compromisso com as cores da inclusão social e da democracia.

Abre este número, com profundidade e leveza, a autora Isadora Parreira Ribeiro, com o artigo Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial: as relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. Demonstra como a cidade do período colonial localizada no estado de Minas Gerais, sudeste do Brasil, foi a primeira a ser “classificada como Monumento Nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e também a primeira inscrita à Lista do Patrimônio Mundial pela UNESCO no Brasil”. A classificação engendrou importantes reflexões sobre as consequências das classificações, levando a mudanças nos âmbitos da materialidade e da simbologia, cujos ecos ouvimos ainda hoje.

O segundo texto, de Ramon Raffaello Castro de Souza, intitulado O processo histórico de territorialização Pataxó no Extremo Sul da Bahia no século XIX, mostra-nos, com acuidade e clareza, “um resumo da trajetória histórica do povo Pataxó e sua relação com o Estado colonial, ao longo do século XIX na antiga Capitania de Porto Seguro, (atual Extremo Sul da Bahia).” Desse modo, realiza importante reflexão acerca da colonização e da política indigenista de aldeamento compulsório, problematizando sobre as reconfigurações étnicas que originaram a atual identidade pataxó. Cumpre destacar a relevância dos grupos indigenistas para a composição de nosso patrimônio cultural, ensejando, com urgência, o desenvolvimento e implementação de políticas de respeito e proteção.

Na sequência, temos o belíssimo artigo de Danielly Meireles Dias e Eduarda Alves Santos, Patrimonialização de uma Ruína. Trata-se de um estudo de caso da Capela de Nossa Senhora do Rosário localizada em Santo Antônio do Pirapetinga em Piranga, interior de Minas Gerais, que busca demonstrar os embates entre a burocracia relativa aos processos de tombamento e as demandas da população para reconstrução dos locais que lhes são essenciais. Tem como importante objetivo analisar como a burocracia “se contrapõe às demandas da população local e como as políticas de proteção lidam com as relações raciais que atravessam o patrimônio cultural”.

Em A cidade indesejada: a permanência provinciana na cidade de Mossoró (1908-1928), Ionara Costa de Oliveira ressalta a força de hábitos, tradições e crenças da comunidade. Identifica detalhadamente “as permanências dos costumes rurais no cotidiano de Mossoró, como também as burlas e a inadequação dos diversos segmentos sociais da população”. Assim, consegue analisar, com extrema sensibilidade, a realidade e os costumes locais como patrimônio identitário.

A primeira Casa da Ópera na América Portuguesa: representações teatrais em Vila Rica na primeira metade do século XVIII, de Rosana Marreco Brescia “aborda as representações teatrais em Vila Rica ainda na primeira metade do século XVIII”. Traz à tona elementos culturais, artísticos, religiosos, arquitetônicos, enfim, patrimoniais em sua abordagem. A autora nos convida, de maneira

gentil e prazerosa, à incursão no universo dos espetáculos teatrais que deixam entrever aspectos do imaginário social da época.

O texto Documentos históricos no Amapá e a preservação da memória cultural, de Elivaldo Serrão Custódio, apresenta reflexões sobre a “inexistência de políticas públicas voltadas ao fomento/preservação da memória documental e cultural local”. Nesta perspectiva, destaca a relevância da “digitalização e disponibilização dos acervos documentais públicos e privados atinentes a diferentes contextos e aspectos da história amapaense”, para a preservação da memória e identidade local, ou seja, de nosso patrimônio cultural.

O texto intitulado Falando sobre História Oral, trata-se de entrevista realizada com o brilhante Professor Dr. Arnaldo José Zangelm. Dada a importância da História Oral na preservação de nosso patrimônio cultural, a entrevista buscou “promover um diálogo com um pesquisador especialista no tema sobre História Oral, visando contribuir com o debate a respeito dessa metodologia e seus desdobramentos”.

Com o convidativo título Memória e Cultura Popular: Narrativas sobre a Cavalgada em louvor a São Sebastião, o artigo de João Paulo Pacheco Rodrigues analisa as práticas de sociabilidades e a preservação da memória por meio das reuniões de cavaleiros que acontecem no final do mês de janeiro na cidade de Cambira no Paraná. Com olhar apurado de bom pesquisador, demonstra como “durante a Cavalgada de São Sebastião memórias são desveladas e saberes são transmitidos de gerações em gerações.”

Em O Foral de Benavente e o Direito Pátrio Local, João Dias revela-nos as comemorações do Foral de Benavente da vila ribatejana, cujo foral data de do ano de 1200, “nos primórdios da construção da portugalidade”. O interessante artigo traz aos nossos olhos a riqueza de aspectos da cultura, memória e patrimônio portugueses. Apresenta, “em sobrevoo, os sistemas e fontes de direito pátrio, nacional e local, desde o começo da nacionalidade até ao fim da vigência dos forais, a fim de integrar o Foral de Benavente, objeto concreto do artigo, no quadro do direito foraleiro e local, observando suas características normativas”.

O instigante e oportuno artigo O Teatro de memória encenado em museus históricos, de Lucinei Pereira da Silva; Kelly Amaral de Freitas e Luiz Henrique Assis Garcia, tece relevante análise sobre as “funções de evocação e celebração” das exposições nos museus. Aborda, para tanto, a realidade do Museu Histórico Nacional (MHN) no Rio de Janeiro e do Museu da Cidade de Governador Valadares/MG (MCGV) para a problematizar a “teatralização do poder’, através da qual grupos hegemônicos mobilizam o patrimônio cultural como força política”.

Por fim, Clarissa dos Santos Veloso, no artigo Proibido vender e comprar o caso da remoção das feiras livres na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, leva-nos para um passeio reflexivo pelas feiras, patrimônio das comunidades e grupos. A autora analisa “como as feiras livres realizadas na Praça da Liberdade entre 1969 e 1991 passaram a ser vistas como um problema público”, o que levou à “ação estatal de realocação desses eventos pela administração municipal de Belo Horizonte”. Dessa forma, problematiza de maneira inteligente as narrativas produzidas acerca da possível depredação do patrimônio e arquitetônico”.

Pelo exposto, podemos constatar a aliciante e envolvente leitura que nos aguarda neste número especial. Além disso, os artigos apresentados assumem postura política, questionadora e consciente na defesa de nosso patrimônio cultural. Passemos, então, à reflexão de temáticas tão relevantes quanto apaixonantes...

Silvia Rachi *Laura Meniconi*
Editora Gerente *Estagiária*